

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL SESSÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2022. HABEAS CORPUS N.º 0820726-74.2021.8.10.0000 – CURURUPU/MA
Paciente: Jodeilson Pizon Silva Impetrante: Ryan Machado Borges Impetrado:
Juízo da Comarca de Curupu/MA Relator: Desembargador José de Ribamar Froz
Sobrinho ACÓRDÃO N.º _____/2022. EMENTA PROCESSO PENAL. PENAL.
HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA
DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA NA DECISÃO QUE CONVERTEU A PRISÃO TEMPORÁRIA EM
PREVENTIVA. NOTÍCIAS DE VINCULAÇÃO A FACÇÃO CRIMINOSA. PERICULOSIDADE
CONCRETA. REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PLEITO DE
CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL
NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. 1. Quanto à alegação de ausência de
fundamentação idônea na decisão que converteu a prisão temporária em
preventiva, verifica-se que o magistrado de base decretou a prisão
preventiva da paciente sob o fundamento da garantia da ordem pública, em
razão da sua periculosidade concreta, ressaltando que o custodiado integra
a facção criminosa Comando Vermelho, responsável pela prática de uma série
de delitos na cidade de Cururupu. 2. Observa-se que, ao indeferir pedido
de revogação da prisão preventiva, a autoridade impetrada ressaltou a
inexistência de atraso a marcha processual, diante da complexidade do
feito, repisando a permanência dos requisitos autorizadores do ergástulo
cautelar, notadamente a garantia da ordem pública. 3. A periculosidade in
concreto do agente, consubstanciada na informação de que seja integrante
de facção criminosa, é elemento apto para justificar a manutenção da
prisão preventiva, sob o fundamento da garantia da ordem pública.
Precedentes. 4. Extrai-se das informações prestadas pela autoridade
impetrada que o paciente possui 02 (duas) condenações: a) Processo n.º
0800469-67.2021.8.10.0084 (06 anos e 02 meses de reclusão em regime
fechado – face reincidência); b) Processo n.º 0001673-29.2014.8.10.0084
(02 anos e 06 seis meses de reclusão em regime aberto), situação
demonstrativa da possibilidade concreta de reiteração delituosa. 5. No
presente caso, os documentos acostados autos não evidenciam que acusado se
encontra extremamente debilitado, ou ainda, que está impossibilitado de
receber o devido tratamento na unidade prisional, em que permanece
ergastulado. 6. Ordem conhecida e denegada. Unanimidade. ACÓRDÃO Vistos,
relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da Primeira
Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por
unanimidade e de acordo com o parecer da Douta Procuradoria Geral de
Justiça, em denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador
Relator. Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores José de
Ribamar Froz Sobrinho, Antônio Fernando Bayma Araújo e José Joaquim
Figueiredo dos Anjos. Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Dra.
Selene Coelho de Lacerda. São Luís (MA), 12 de abril de 2022.
Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho Relator (HCCrim
0820726-74.2021.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) JOSE DE RIBAMAR FROZ
SOBRINHO, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 15/04/2022)